

# SINTUNESP

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNESP

## Trabalhadores valorizados! Equiparação, já!

**XII Congresso dos Trabalhadores da Unesp**  
Águas de São Pedro, 21 a 24 de novembro de 2023.

### Confira:

Abertura teve entidades irmãs e deputado egresso da Unesp

Pág. 2

Palestras sobre direitos da mulher, trabalho e neoliberalismo, movimento sindical nas universidades e formação política

Pág. 4

Plenária final aprovou iniciativas de mobilização e fortalecimento do Sindicato

Pág. 8

Moções sobre direitos dos servidores da Unesp, paridade, meio ambiente, apoio ao povo palestino, entre outras

Pág. 9

**Cobertura dos debates e resoluções que serão o farol das lutas que vêm por aí**



## XII Congresso do Sintunesp destacou luta pela equiparação e reforçou importância da reação dos trabalhadores contra os ataques aos serviços públicos e direitos do funcionalismo



Da esq. p/ a dir.: *Guilherme Cortez (deputado), Elisiene Lobo (STU), Neusa Santana Alves (Sinteps), Alberto de Souza e Aparecida Saturnino Mesquita Romero (Sintunesp), Fábio Ocada (Adunesp) e Paulo Moruzzi (Adusp)*

De 21 a 24 de novembro de 2023, o Sintunesp realizou o XII Congresso dos Trabalhadores da Unesp, na cidade de Águas de São Pedro. As delegadas e os delegados presentes, oriundos da maioria das unidades, protagonizaram debates de alto nível e demonstraram comprometimento com o fortalecimento da entidade. Foram feitas avaliações sobre a conjuntura e o papel do Sindicato, sendo aprovadas diretrizes de trabalho para o próximo período, bem como moções sobre temas diversos.

O tema central do Congresso – “**Trabalhadores valorizados! Equiparação, já!**” – reflete a importância desta reivindicação para a categoria, que segue mobilizada em busca da equiparação com as universidades irmãs.

A Diretoria Colegiada do Sintunesp, a Comissão Organizadora do XII Congresso, delegadas e delegados convidam os servidores a fortalecer a entidade e a participar ativamente de todos os momentos das lutas que virão.

### Abertura com entidades irmãs e deputado ex-aluno

A abertura do XII Congresso contou com a presença de entidades irmãs, que compõem o Fórum das Seis, e do deputado estadual Guilherme Cortez (PSOL), egresso do curso de Direito da Unesp de Franca. A saudação inicial foi feita por **João Carlos Camargo de Oliveira**, membro da comissão organizadora (veja integrantes no box). Em nome da presidente da comissão, **Aparecida Saturnino Mesquita Romero, a Cida**, ele cumprimentou os demais membros pelo “incansável trabalho organizativo da atividade”, que é a instância máxima de discussão e deliberação da categoria das servidoras e dos servidores técnico-administrativos da Unesp.

A necessidade de resistência contra a ofensiva do governo Tarcsio de Freitas – que enviou à Assembleia Legislativa (Alesp) projetos que visam a privatização da Sabesp, o corte de recursos da educação pública e o início da reforma administrativa – esteve na fala de todos.



Representando a Associação dos Docentes da USP (Adusp), **Paulo Moruzzi** ressaltou que “a luta organizada das nossas categorias, por meio do Fórum das Seis, é fundamental neste momento”. Ele inseriu neste contexto a reforma tributária em discussão no Congresso Nacional, que deve extinguir o ICMS, imposto do qual derivam os recursos às universidades estaduais paulistas. “Temos que exigir do governo a garantia do financiamento adequado à educação superior pública do nosso estado.”

**Fábio Ocada**, da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), lembrou que sobrevivemos nos últimos anos a uma conjuntura das mais difíceis. “Anos de pandemia, de ascensão do fascismo ao poder e, com ele, a naturalização dos preconceitos e da desumanização da vida”, pontuou. Ele também destacou a gravidade da conjuntura atual e seus impactos para os trabalhadores. “Somos nós que podemos fazer a resistência às privatizações e aos ataques aos direitos da população. Podemos mudar o rumo da história, mas para isso a nossa organização é crucial.”

**Neusa Santana Alves**, do Sinteps, sindicato que representa professores e funcionários das escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs), mantidas pelo Centro Paula Souza, falou da relação com a Unesp. “O Centro é vinculado e associado à Unesp desde a criação da Universidade, em 1976, embora as finanças das duas instituições sejam separadas. Temos o mesmo padrão, que é o governo do estado, e estamos juntos para defender as universidades, as ETECs e as FATECs.”

**Elisiene Lobo**, do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), comemorou o fato de estar num congresso presencial de trabalhadores, o primeiro pós-pandemia. Ela lembrou das lutas em comum entre os servidores técnico-administrativos das três universida-



des. “Também lutamos pela equiparação com a USP e, neste momento, fazemos uma longa greve contra a tentativa de imposição do ponto eletrônico”.

Impossibilitadas de comparecerem, as entidades representativas dos docentes da Unicamp (ADunicamp) e dos servidores técnico-administrativos da USP (Sintusp) enviaram mensagens de saudação.

**Guilherme Cortez**, o jovem deputado eleito pelo PSOL em 2022 e graduado em Direito pela Unesp de Franca, mais uma vez colocou seu mandato à disposição das lutas dos trabalhadores e estudantes das universidades estaduais e do Centro Paula Souza. Ele frisou a defesa da equiparação, bandeira central dos servidores da Unesp. “A ausência de isonomia é sintoma da precarização das universidades. Equiparação é o mínimo de dignidade e respeito”, defendeu. Também manifestou apoio às lutas por melhorias na permanência estudantil, lembrando que, na Unesp, há campi ainda sem moradia e restaurante universitário, o que compromete as condições de estudo de muitos jovens. Sobre reforma tributária, Cortez foi enfático: “Não tenho dúvidas de que o governo Tarcísio vai tentar usar todas as brechas para reduzir as verbas para as universidades, mas também é a oportunidade que devemos usar para ampliar esses recursos.”

A presidente da comissão organizadora agradeceu ao deputado e elogiou o espírito solidário e combativo das entidades irmãs. “Unidas, nossas entidades se fortalecem”, sintetizou **Cida**.

**Alberto de Souza**, coordenador político do Sintunesp, comemorou o revigoramento do Sindicato com a presença de “muita gente nova” no congresso. “Temos lutas importantes, como a equiparação, valorização dos salários e reação aos ataques do governo, e a união da categoria é fundamental”.

## A Comissão organizadora do XII Congresso

**Aparecida Saturnino Mesquita Romero** (São José do Rio Preto), presidente da comissão;

**Beatriz Galvão Nogueira** (São José dos Campos);

**Erik Luciano Mulato** (Bauru);

**Rosana Aparecida Bicudo da Silva** (Botucatu)

**João Carlos Camargo de Oliveira** (São José do Rio Preto);

Apoio: **Noemi Segecs Lapa**, **José Aparecido Rosalem** e **Rosângela Aparecida Calvi**.



Da esq. p/ a dir.: João Carlos, Beatriz, Zezinho, Noemi, Cida, Erik e Rosana. Na foto do lado, no apoio, Márcio Santana da Silva, de São José do Rio Preto

## Palestras abordaram direitos da mulher, trabalho e neoliberalismo, movimento sindical nas universidades e desafios da formação política

As palestras trazidas pela comissão organizadora do XII Congresso do Sintunesp aos delegados e às delegadas suscitaram debates e questionamentos sobre temas centrais. A seguir, confira um resumo sobre cada uma delas.

Os materiais de subsídio utilizados pelos palestrantes estão à disposição no *site* ([www.sintunesp.org.br](http://www.sintunesp.org.br)), no item “Mais conteúdo” – “XII Congresso do Sintunesp”.

### “Como elas conseguem?” Alguns números e reflexões sobre a condição da mulher no Brasil

Com essa provocação inicial, Mariana Janeiro falou sobre o tema “Trabalhadoras”. Especialista em Comunicação, Filosofia e Semiótica, ela é secretária nacional de mobilização do Partido dos Trabalhadores (PT) e presidente da ONG Rede Valente e do Instituto Ori.

Mariana expôs uma breve linha do tempo com as principais lutas e conquistas das mulheres. O amplo direito ao voto, por exemplo, só veio em 1934; a Lei Maria da Penha, de combate à violência contra a mulher, em 2006; a Lei do Feminicídio, tornando hedionda a morte de mulheres pela condição de serem mulheres, em 2015; a Lei da Igualdade Salarial, sancionada pelo presidente Lula, que estabelece medidas para impedir a discriminação salarial contra as mulheres, em 2023.

A palestrante destacou alguns dados impactantes sobre a violência contra a mulher no país, de acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2023. Entre eles:

- 27,6 milhões já sofreram alguma forma de violência por parceiro íntimo ao longo da vida;
- 18,6 milhões maiores de 16 anos sofreram alguma forma de violência ao longo de 2022;
- 45% das que sofrem violência não denunciam.

O Brasil conta com 47,9 milhões de mulheres no mercado de trabalho, segundo dados do IBGE, de 2022. Em relação ao rendimento real mensal, elas ganham em média 21% menos do que os homens. Entre as negras, porém, esse quadro é pior: enquanto 52,7% das mulheres negras ganhavam até um salário-mínimo em 2022, entre as não negras esse percentual era de 32,4%.

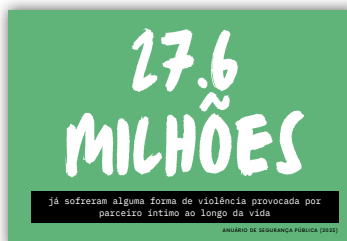
O trabalho “invisível” do cuidado realizado pela mulher no Brasil – tema da redação do ENEM 2023 – foi abordado pela palestrante. Se fosse remunerado, ele corresponderia a 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Como prevê o IBGE, em 2050 o Brasil terá 77 milhões de pessoas que serão dependentes de cuidados, entre idosos e crianças. “Esse trabalho doméstico e de cuidados, que não é remunerado e acontece em paralelo à ocupação profissional da mulher, traz sobrecarga e adoecimento”, ressaltou.

Voltando à questão inicial – “como elas conseguem?” – Mariana estimulou o debate entre os presentes sobre o papel da educação, na escola e na vida em família, para a formação de homens e mulheres com concepções igualitárias de convivência, deveres e direitos.



Sobre os limites das lutas femininas no regime político capitalista, ela opinou: “Nossas relações são intermediadas pelo capital, que se utiliza da discriminação para lucrar mais. Para ir além na igualdade de direitos, é preciso quebrar a lógica da exploração capitalista.”

O material completo exposto por Mariana Janeiro está no site, no item XII Congresso do Sintunesp



## Mais trabalho, menos salário: a lógica do capital em meio à conjuntura neoliberal. Reflexões sobre o “toyotismo acadêmico”

A repercussão de uma palestra dada em 2014, durante o X Congresso do Sintunesp, levou o professor de Sociologia Fábio Ocada, do campus da Unesp de Marília, diretor da Adunesp, a ampliar a abordagem do tema no XII Congresso, em 2023. “Fiquei impressionado com o impacto que o tema gerou em muitos delegados naquele ano, vários presentes no congresso atual”, destacou Ocada no início de sua exposição. Em 2014, ele havia abordado o tema “Trabalho e assédio moral”, quando resgatou os pilares do modelo toyotista na produção capitalista e sua transposição para o ambiente acadêmico. Em 2023, o tema foi “Mais trabalho, menos salário: a lógica do capital em meio à conjuntura neoliberal”.

Filho de pais que emigraram para o Japão na década de 90, Ocada voltou àquele país em 1995, desta vez para aprofundar sua pesquisa sobre as condições de vida dos trabalhadores e as razões que levaram a economia japonesa a tornar-se vitrine capitalista nas décadas de 80 e 90. Para isso, trabalhou por três meses na linha de montagem da Suzuki, uma das maiores empresas do país, produtora de motos e automóveis. Naquele ano, cursava a graduação em Ciências Sociais na Unesp de Araraquara. O tema o acompanharia no mestrado e no doutorado.

### As origens do toyotismo

A expansão da industrialização no início do século XX deparou-se com vários problemas na organização do trabalho, que limitavam a produção das mercadorias. O empreendedor Henry Ford (criador da Ford Motor Company) e o engenheiro Frederick Winslow Taylor, ambos norte-americanos, apontaram as mudanças a serem feitas. Basicamente, propuseram a hierarquização do trabalho e a organização da indústria em linhas de produção, reservando a cada operário uma função específica, com controle rígido do tempo. Esse sistema, que acabou conhecido como fordismo-taylorismo, muito bem retratado no filme “Tempos modernos”, do genial Charles Chaplin, acabou se espalhando pelo mundo.

Com o aprofundamento da crise capitalista após a 2ª Guerra, o fordismo-taylorismo entrou em declínio. Para combater a crescente exploração, os trabalhadores foram fortalecendo sua organização nos sindicatos, o que contribuiu para acender a luz vermelha no mundo capitalista. Era preciso buscar novos modelos de gestão, reorganizar as formas de trabalho para assegurar a produção e o comércio das mercadorias.

Nos anos 70, Taichi Ohno, engenheiro da japonesa Toyota, debruçou-se sobre o problema, compilou vários modelos de gestão ao redor do mundo e implantou um novo formato na empresa. Nascia o toyotismo, que levaria a moribunda economia japonesa ao posto de segunda do mundo a partir da década de 80.

Entre as grandes mudanças introduzidas pelo toyotismo, estava a premissa de contratar um número mínimo de trabalhadores diretamente pela empresa e terceirizar a maioria. Com a fragmentação do coletivo dos trabalhadores, é menos



provável uma organização sindical. Além disso, é possível ampliar as contratações temporárias, descartando os trabalhadores mais facilmente em épocas de baixa na produção.

Para garantir o novo sistema, foi necessário “mexer com a cabeça” dos trabalhadores. Assim, um intenso trabalho de ideologização acompanhou a implantação do toyotismo. “Vestir a camisa” da empresa passou a ser determinante. Além disso, muito estímulo à competição entre trabalhadores e presentes aos seus familiares.

### O toyotismo, a universidade e o padrão invisível

A partir do êxito no Japão, o novo modelo tornou-se referência no mundo, não só no chamado “chão de fábrica”, mas também na produção do conhecimento. Em sua exposição no XII Congresso, o professor Ocada procurou mostrar que a forma como se organizam as universidades públicas no Brasil tem muito a ver com o toyotismo.

A partir dos anos 90, a terceirização da contratação de mão de obra, que se ampliou drasticamente no Brasil, ganhou espaço nas universidades públicas. Além de criar uma camada de trabalhadores hiper explorados, com salários e benefícios menores, os efeitos da terceirização sobre a organização sindical são evidentes: nas greves, eles não param.

Também a partir da década de 90, com poucas exceções, as gestões reitorais têm procurado direcionar a produção do conhecimento para os interesses empresariais, nem sempre sintonizados com os interesses da maioria da população. A aplicação das novas tecnologias na indústria é uma forma de ampliar os lucros e isso explica por que as grandes empresas estão sempre de olho nas universidades.

Ocada pondera que, nas universidades, assim como nas fábricas, os chefes (docentes e servidores) são estimulados a expandir a pressão sobre os trabalhadores. “Neste cenário, nos deparamos com o aumento do assédio moral, que nada mais é do que o tipo de sociabilidade que emerge destes princípios de organização do trabalho, que fazem o trabalhador ver no seu igual um concorrente e não um companheiro de classe.”

Os tópicos levantados na palestra trouxeram à tona questões do cotidiano dos trabalhadores da Unesp, como o recém implantado plano de carreira dos técnico-administrativos, que tem como um de seus pilares a Gestão de Desempenho Profissional por Competências (GDPC). O instrumento valoriza conceitos de ‘excelência’ e ‘produtivismo’ que não necessariamente medem a qualidade e a forma com que o servidor desempenha suas atividades ao longo da carreira, estimulando a concorrência em torno a objetivos e metas complexas e distantes para boa parte dos servidores.

O debate também levou à conclusão de que, como servidores públicos, temos um padrão “invisível”, que são os grandes capitalistas. Eles definem os rumos da produção do conhecimento, impõem formas de lucrar com os recursos públicos (como a terceirização) e estabelecem como se dão as relações de trabalho no serviço público.

Confira artigos do professor Fábio Ocada sobre o tema no site, no item XII Congresso do Sintunesp



## Nossa luta com as categorias irmãs: O movimento sindical nas estaduais paulista, história e perspectivas

**M**ichele Schultz, presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp), contou um pouco da história do Fórum das Seis, a instância organizativa que conduz as lutas unificadas nas universidades e no Centro Paula Souza há 32 anos. Atual coordenadora do Fórum, que é dirigido em esquema de rodízio entre as entidades, ela destacou alguns momentos na linha do tempo, que sintetizam uma rica história de lutas e conquistas para a educação pública, servidores e estudantes (veja mais adiante). Antes disso, fez alguns apontamentos sobre o movimento sindical no país.

Michele lembrou que a legalização das entidades sindicais no Brasil se deu a partir da Constituição de 1934, sob certa tutela do governo. “Desde essa época, a discussão de autonomia e independência das entidades sindicais está presente.” Para ela, embora seja legítimo que os militantes sindicais tenham sua atuação política e partidária, é fundamental garantir a independência das entidades frente a governos e partidos.

A partir da Constituição de 1988, com o fim da proibição da organização sindical do funcionalismo, começaram a ser criados sindicatos de servidores públicos em todo o país. Foi a partir daí que muitas das associações que já atuavam nas universidades estaduais transformaram-se em sindicatos. No caso das associações docentes, tornaram-se seções sindicais do Andes-Sindicato Nacional. O Sintunesp surgiu em 1989, a partir de um congresso de fundação no campus de Jaboaticabal.

Citando a importância dos movimentos sindicais, sociais e da juventude para a garantia de direitos, a palestrante destacou a necessidade de irmos além da defesa dos interesses mais imediatos da categoria e não cairmos no corporativismo. “A conjuntura afeta a todos nós, como vemos agora com esses projetos enviados pelo governador Tarcísio à Assembleia Legislativa, atacando os serviços públicos que são essenciais à população.”

### Uma breve linha do tempo

Sem se deter nas muitas greves que ocorreram nas universidades estaduais a partir de 1988 (por exemplo, as de 1994, 2000, 2004, 2005, 2007, 2009, 2010, 2014 etc.), Michele expôs uma breve linha do tempo para destacar a relação destes movimentos com o contexto político:

**- Greve de 1988:** O forte movimento que tomou conta das universidades estaduais por mais de 100 dias teve ganho econômico e culminou com o Decreto 29.598, de 2/2/1989, que trouxe a autonomia e a dotação orçamentária de 8,4% do ICMS (quota-parte do estado).

**- Greve de 1994:** Entre outros ganhos, conquistou a elevação do percentual de repasse para, no mínimo, 9,57% do ICMS-QPE. Antes dela, em 1992, a pressão do movimento havia conquistado o aumento do índice para 9%.

**- Década de 90:** A reforma do estado, nos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, lançou as bases para o enxugamento dos serviços públicos e para a terceirização/privatização da saúde, educação etc. Em SP, após quase 30 anos de governos de PSDB e, agora, com um



mais direitista ainda, isso é motivo de muita preocupação.

**- Anos 2000:** Com a eleição de Lula, houve a expansão das universidades públicas, mas também veio a reforma da Previdência de 2003, que trouxe fragmentação e acabou com integralidade/paridade para os novos ingressantes no serviço público.

**- Anos 2010:** O processo de privatização por dentro das universidades ficou mais evidente (fundações ditas “de apoio” e terceirizações);

**- Golpe de 2016:** O *impeachment* contra a presidente Dilma deu espaço ao governo Temer, que se apressou a aprovar uma reforma trabalhista para confiscar direitos da classe trabalhadora. Antes disso, ainda no governo Dilma, em janeiro de 2016, foi assinada a lei do Marco Legal de Ciência e Tecnologia, determinando um caráter mercadológico nas

universidades públicas e ampliando os mecanismos para a iniciativa privada se apropriar do conhecimento;

**- Eleições 2018:** A ascensão de um governo fascista, com papel forte do Exército, mergulhou o país no retrocesso social, político e econômico. Michele lembrou que, pela primeira vez, a Adusp posicionou-se nas eleições, defendendo o “Ele não!”. Em 2022, apoiou o voto em Lula e em Haddad.

**- 2020:** A chegada da pandemia, em meio ao negacionismo e aos ataques aos serviços públicos que culminaram em 700 mil mortes pela Covid, trouxe efeitos enormes no nosso cotidiano, com o esvaziamento dos espaços e da vida acadêmica;

**- Campanhas de data-base 2022 e 2023:** As negociações entre Fórum das Seis e Conselho de Reitores (Cruesp) trouxeram os índices de 20,67% e 10,51%, respectivamente. A palestrante lembrou que as universidades foram o setor público que mais conquistou reajuste após a LC 173/2020. “Não foi benevolência dos reitores, mas sim produto da mobilização que voltava a ganhar corpo nas nossas instituições.” Ela lembrou que, em 2022, ainda sob os limites do distanciamento social, as negociações foram acompanhadas por centenas de pessoas numa sala virtual.

### Perspectivas e desafios

No encerramento da exposição, Michele falou sobre os desafios para a mobilização. “Hoje, vigoram nas universidades perspectivas individualistas e de competição, o que leva ao adoecimento mental e não corresponde à universidade socialmente referenciada que defendemos.”

Ela citou como reivindicações, para além das questões salariais, a luta contra as terceirizações e pela democratização das instâncias de poder nas universidades, com o fim da lista triplíce.

“Lembremos que caberá a Tarcísio de Freitas indicar os próximos reitores da Unesp, Unicamp e USP.”

Dizendo-se “esperançosa e otimista” a partir das greves de estudantes na USP e na Unicamp, ela concluiu: “Acredito no movimento. É a partir da mobilização e das lutas coletivas, da participação efetiva das pessoas é que podemos avançar. Precisamos estar presentes para poder fazer a diferença.”

O material completo exposto por Michele Schultz está no site, no item XII Congresso do Sintunesp



## Formação política: Construindo valores e práticas democráticas na luta sindical

“**N**ão existe ideia de formação política que não esteja atrelada à consolidação de valores e práticas democráticas.”

A afirmação é do professor Júlio César Torres, durante palestra no XII Congresso dos Trabalhadores da Unesp. Com o tema “Formação política: Construindo valores e práticas democráticas na luta sindical”, ele traçou um breve histórico do movimento sindical no país, relacionando-o aos elementos de teoria democrática. Antes de atuar como diretor do campus de São José do Rio Preto, mandato já encerrado, Torres foi representante eleito aos colegiados centrais pelo Chapão da Adunesp em algumas oportunidades. Ele também atua num grupo de estudos sobre educação no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

“Os sindicatos desempenham um papel importante na formação política dos trabalhadores e na conscientização da necessidade de lutarem por seus direitos específicos e gerais. E envolvimento nos interesses corporativos e mudanças sociais é determinante na formação dos cidadãos”, ressaltou o palestrante, lembrando que, cada vez mais, é preciso trazer pessoas novas para o movimento.

Para ele, um dos grandes desafios do movimento sindical é estar vinculado às lutas sociais mais amplas. “Muitas vezes, quando saímos um pouco da defesa dos nossos interesses corporativos, que são importantes, o máximo que fazemos é defender os serviços públicos. Mas é preciso ir além, abordando questões mais amplas que dizem respeito ao coletivo, como a defesa da mulher, por exemplo.”

Lembrando que os sindicatos desempenham um papel fundamental na defesa de políticas trabalhistas que afetam diretamente a população, como salário-mínimo, leis de segurança no trabalho e benefícios trabalhistas, Torres frisou a importância da pressão sobre legisladores e governos para adotarem políticas que atendam aos interesses dos trabalhadores. Nesse sentido, lamentou a existência de poucos parlamentares comprometidos com estes interesses.



Como eixos de atuação dos sindicatos, ele citou a conscientização sobre direitos e questões trabalhistas, a educação e a mobilização políticas, alianças com organizações de defesa dos direitos civis, grupos ambientais e outros movimentos sociais para promover uma agenda política mais ampla.

### A classe média, por Marilena Chauí

Ao final de sua exposição, o professor Júlio César Torres reproduziu um vídeo gravado em janeiro de 2016, pelo coletivo de comunicação “Jornalistas Livres”, com a filósofa Marilena Chauí, docente emérita de História da Filosofia Moderna na FFLCH/USP. Ela é autora de vários livros, entre eles o clássico “O que é ideologia”. O vídeo está em:

<https://www.youtube.com/watch?v=tL3xmEU7IAI>

O material completo exposto por Júlio César Torres está no site, no item XII Congresso do Sintunesp



## Discussão em grupos

Após as palestras, os delegados e as delegadas do XII Congresso foram divididos em grupos para discussão mais detalhada sobre as propostas que seriam votadas na plenária final (veja na página a seguir).



## Plenária final aprova iniciativas de mobilização e fortalecimento do Sindicato

**A**ps as palestras e debates, os participantes do XII Congresso do Sintunesp reuniram-se em grupos de trabalho para aprofundar as questões e deliberar sobre as propostas de organização e mobilização da categoria. A seguir, confira o que foi aprovado na plenária final:

- **Realização de plenárias estaduais** após as reuniões da comissão conjunta Sintunesp/Reitoria, que discute a equiparação, ou após fatos novos sobre o tema. Obs.: a primeira plenária online com esse objetivo já foi realizada em 4/12/2023.

- **Estímulo à formação sindical**, com vistas à preparação dos representantes para atuarem nos órgãos colegiados e diretorias de base. Isso pode ser feito em duas frentes: 1) encontros/reuniões/plenárias frequentes para estudar textos, vídeos ou documentários relacionados à atuação sindical; 2) plenárias online (ao menos uma a cada três meses) para discutir as estruturas colegiadas, as pautas abordadas e a atuação dos representantes.

- **Reforçar a comunicação e pronunciamentos públicos do Sindicato** nas bases, por meio do estímulo a mais manifestações e atos

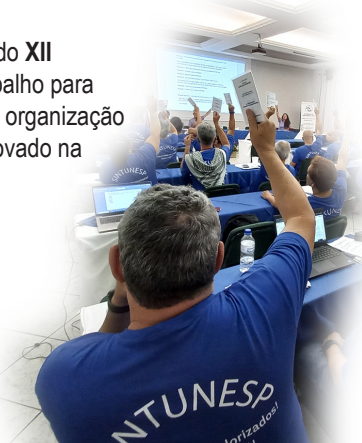
(mesmo que locais), de modo a ajudar a motivar a categoria.

- **Para ampliar a participação nas greves**, o Sindicato deve estabelecer uma política de conscientização de classe direcionada, com especial atenção aos servidores da área administrativa, cuja participação tem sido menor nos movimentos. Esse trabalho deve explicitar o direito de greve, como é o trabalho nos serviços considerados essenciais e quais são eles.

- **Que o Sindicato promova ações de integração** (cultura, recreação, arte) por meio de sua

Coordenação de Formação e Cultura, e interaja com as associações locais que atuem nesse sentido.

- **Sobre a discussão dos critérios de formação do Chapão Sintunesp/Associações**, a plenária final aprovou que as sugestões apresentadas pelo diretor de base Luiz Borges, de Araraquara, sejam remetidas para debate em ambas as instâncias (Sindicato e associações envolvidas na montagem do Chapão).





*Direitos dos servidores da Unesp, paridade, apoio às categorias irmãs, meio ambiente, pelo fim do genocídio na Faixa de Gaza...*

## **Moções e contribuições aprovadas no XII Congresso do Sintunesp**

A plenária final do aprovou nove moções, com temas específicos da categoria, em apoio a categorias irmãs e também sobre a situação do povo palestino. Além disso, foi aprovada uma contribuição, enviada pela Diretoria Colegiada da entidade, sobre meio ambiente. Confira:

### **Equiparação salarial: Justiça com os técnico-administrativos da Unesp**

Os participantes do XII Congresso do Sintunesp, que tem como lema "Trabalhadores valorizados. Equiparação, já!", conclamam a reitoria da Unesp a garantir o efetivo diálogo e as negociações com vistas à efetivação da isonomia salarial entre os servidores técnico-administrativos das universidades estaduais paulistas.

Uma das dimensões da dignidade do trabalho é a sua justa remuneração, e uma das dimensões da grandeza de uma universidade pública é a forma como trata a remuneração dos seus servidores. Não há motivo ou argumento que sustentem diferenças salariais significativas entre servidores técnico-administrativos das três universidades públicas paulistas, que executam serviços similares imprescindíveis para o seu bom funcionamento.

Trata-se de uma injustiça histórica, que precisa ser reparada o mais breve possível, sob pena de que a Unesp continue tratando seus servidores técnico-administrativos como uma categoria de segunda classe.

**EQUIPARAÇÃO, JÁ!**

*Águas de São Pedro, 23 de novembro de 2023.*

### **Pela correção de todas as distorções na carreira: Justiça com os servidores técnico-administrativos da Unesp**

Os participantes do XII Congresso do Sintunesp conclamam a reitoria da Unesp a dar a devida atenção às reivindicações das servidoras e dos servidores técnico-administrativos quanto às distorções existentes em várias funções, de acordo com os documentos e solicitações apresentados ao CADE.

Muitas destas reivindicações tramitam há muito tempo e os servidores envolvidos carregam prejuízos e injustiças que clamam por reparação.

Queremos a correção de todas as distorções e a garantia de que os servidores tenham respeitado o direito de "carregar" as progressões que tiveram na carreira ao longo do tempo de casa.

Queremos justiça, reconhecimento e dignidade no exercício de nossas funções.

*Águas de São Pedro, 23 de novembro de 2023.*

### **Em defesa da paridade nas eleições e na composição dos órgãos colegiados na Unesp**

Os participantes do XII Congresso do Sintunesp reivindicam a democratização das instâncias de poder na Universidade, em especial a garantia da paridade nas eleições e na composição dos órgãos colegiados, com representação igualitária dos três segmentos.

Muitos dos que ingressaram na Universidade mais recentemente não sabem que o processo de escolha dos dirigentes da Unesp já foi bem diferente do atual. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (lei nº 9.394/96) em 1996 deu início a uma etapa de restrição à autonomia universitária em todo o país.

As experiências de escolha para reitor e vice, anteriores a 1996, apontavam para a consolidação de uma prática democrática iniciada em 1983. Naquele ano, a comunidade acadêmica – representada pela Adunesp S. Sindical, DCE-Helenira Rezende e Comissão dos Funcionários (o Sintunesp viria a ser criado em 1989) – enfrentou e venceu o conservadorismo e o autoritarismo da legislação e dos dirigentes, conquistando a consulta paritária para a eleição dos postos executivos. Ou seja, a votação de cada segmento passou a "pesar" um terço na composição final dos votos obtidos por cada chapa,

O movimento de democratização da Unesp teve um importante impulso naquele momento. Essa luta propiciou ganhos concretos para a democracia no interior da universidade, não só expressa no Estatuto de 1988, como também em todas as consultas paritárias realizadas pelo Colégio Eleitoral desde então.

Embora certos procedimentos de eleição, como é o caso da paridade na consulta, não estivessem previstos estatutariamente, a vontade política da comunidade era respeitada por meio de pactos consensuais nas diversas instâncias de tomada de decisões.

Na Unesp, o advento da nova LDB em 1996 serviu de estímulo aos setores mais conservadores, culminando com a aprovação, pelo Conselho Universitário, de uma reforma nos estatutos da Universidade, que pôs fim aos processos democráticos que vinham sendo observados. No entanto, a "exigência" da LDB (de peso diferenciado aos segmentos, o famoso 70% / 15% / 15%) não citava as consultas eleitorais, restringindo-se à composição dos órgãos colegiados. Os conservadores da Unesp foram além do que pedia a nova lei.

Atualmente, nada impede que a comunidade unespiana volte a ser consultada de forma paritária, como ocorria antes de 1996. É preciso ter, apenas, vontade política de fazer da universidade pública um espaço de democracia e respeito às pessoas que a constroem.

*Águas de São Pedro, 23 de novembro de 2023.*

# moções moções moções moções

## Dignidade e direitos para os marinheiros da USP. Que a universidade cumpra suas obrigações

Os participantes do XII Congresso do Sintunesp solidarizam-se aos 30 marinheiros que atuavam nos navios Alpha Crucis e Alpha Delphini, funcionários do Instituto Oceanográfico (IO) da USP, demitidos sumariamente.

Desde maio deste ano, eles vinham sendo ameaçados de demissão, sem quaisquer direitos. O anúncio das demissões aconteceu após a súbita decisão do reitor Carlos Gilberto Carlotti Jr. de ressuscitar um processo administrativo iniciado 14 anos atrás (2009). Ocorre que os trabalhadores sempre receberam salários, FGTS e demais direitos diretamente da USP. Alguns estavam na Universidade desde a década de 1980.

Além de romper os contratos de trabalho e se recusar a pagar os direitos destes trabalhadores, a reitoria da USP contratou uma empresa terceirizada para substituí-los, o que se concretizou no início de novembro

Manifestamos solidariedade aos marinheiros e cobramos da reitoria da USP uma solução que garanta o diálogo democrático com as entidades representativas e os direitos destes trabalhadores.

*Águas de São Pedro, 23 de novembro de 2023.*

## Apoio aos trabalhadores da Unicamp contra a imposição do ponto eletrônico

Os participantes do XII Congresso do Sintunesp manifestam apoio à greve dos servidores técnico-administrativos da Unicamp, em greve há cerca de três meses, desde 24/8/2023. A razão da greve é a recusa da reitoria da Unicamp em negociar a Pauta Específica da categoria e o repúdio à implantação do ponto eletrônico. Trata-se de impor uma medida sem qualquer negociação com a entidade representativa da categoria, o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, a partir do uso de 47 aparelhos de controle eletrônico adquiridos em 2009 e nunca utilizados.

A Unicamp jamais fez uso de tal expediente e, ao longo de sua história, inclusive graças ao trabalho dedicado de seus servidores e servidoras, projeta-se como uma das principais universidades públicas do país, em ensino, pesquisa e extensão.

Conclamamos a reitoria da Unicamp a garantir o diálogo democrático com o STU e a rever a imposição do ponto eletrônico.

*Águas de São Pedro, 23 de novembro de 2023.*

## Não às privatizações! Os serviços públicos são direitos da população. O estado não pode ser um balcão de negócios

Os participantes do XII Congresso do Sintunesp manifestam repúdio ao projeto encaminhado pelo governador Tarcísio de Freitas à Assembleia Legislativa, que estabelece a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de SP (Sabesp).

O projeto de lei (PL) 1.501/2023 determina a venda do que ainda pertence ao governo paulista (50,3%), o que deixará a empresa, responsável pelo fornecimento de água a cerca de 28,4 milhões de clientes, em 375 cidades paulistas, sob total controle privado. Os números da Sabesp – em 2022, a companhia alcançou um lucro de R\$ 3,12 bilhões, resultado 35,4% superior aos R\$ 2,3 bilhões registrados no ano anterior – estão na mira do capital privado, que deseja abocanhar este verdadeiro filão.

Se a privatização garante altos lucros para os compradores, para a população a perspectiva é terrível, com aumento de tarifas e queda na qualidade dos serviços prestados.

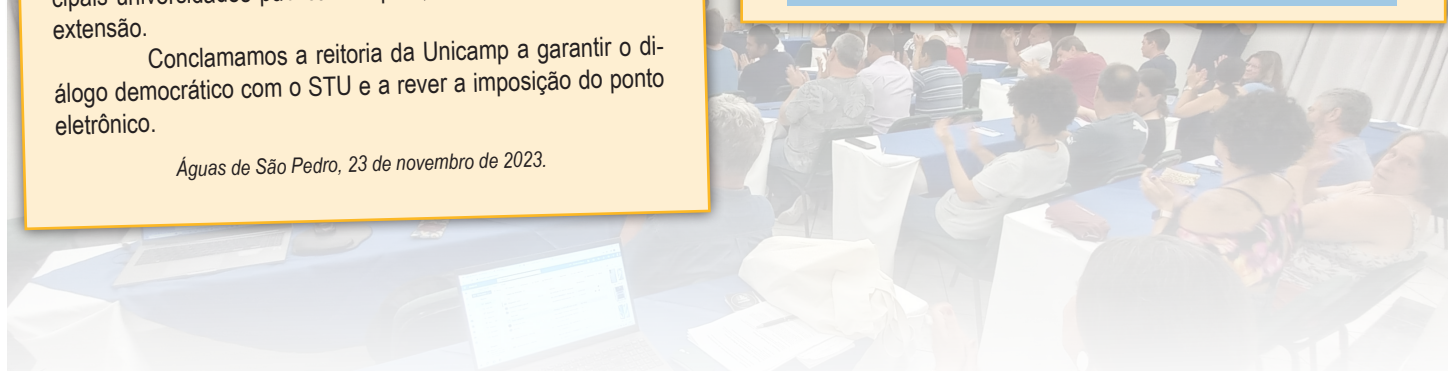
Um trágico exemplo é o ocorrido no estado de São Paulo no início de novembro, após fortes chuvas, quando a empresa italiana Enel, que comprou a antiga Eletropaulo em 2018, deixou cerca de 1,2 milhões de residências sem luz por até seis dias. Dados apresentados pela própria Enel à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mostram que o número de funcionários da empresa caiu 36% de 2019 até agora. Eram 23.835 naquele ano, entre próprios e terceirizados, e são 15.366 em 2023. Já o total de clientes atendidos (entre domicílios e empresas) na região metropolitana de SP cresceu 7%, passando de cerca de 7,31 milhões em 2019 para aproximadamente 7,85 milhões em 2023.

A precariedade dos serviços prestados pela empresa italiana estampou, de forma explícita, o significado da privatização de serviços essenciais, como o fornecimento de energia e de água.

Não aceitaremos retrocessos! Não aceitaremos que o governador Tarcísio de Freitas “passe a boiada” e destrua os serviços públicos, que são essenciais para o estado de SP.

*Águas de São Pedro, 23 de novembro de 2023.*

**Nota da redação:** Em 6/12/2023, a Alesp aprovou o PL 1.501/2023, sob forte repressão policial contra os manifestantes presentes.



## moções moções moções moções

### Reforma administrativa é ataque ao funcionalismo, aos serviços públicos e aos direitos da população

Os participantes do XII Congresso do Sintunesp manifestam repúdio ao projeto encaminhado pelo governador Tarcísio de Freitas à Assembleia Legislativa, o PL 138/2023, que estabelece o início da reforma administrativa no estado de SP.

Embora destinada aos cargos comissionados, essa fase representa, na realidade, um balão de ensaio com medidas que podem ser impostas ao conjunto do funcionalismo paulista. O acaba com aquilo que o governador chama de “penduricalhos”, mas que são direitos previstos no serviço público, como licença-prêmio, quinquênios e outros. A contrapartida oferecida é a remuneração por subsídio: salários maiores que os atuais, que seriam vantajosos apenas no início, sendo corroídos ao longo do tempo.

Com o PL 138/2023, o governador de São Paulo tenta se antecipar à aprovação de uma reforma administrativa no Congresso Nacional (a PEC 32, enviada pelo então governo Bolsonaro), que valeria para todo o país.

A reforma administrativa é parte da lógica política que dá o tom no atual governo do estado, de esvaziamento dos serviços públicos prestados à população e dos direitos dos funcionários públicos que os levam à população, e de transferência dos recursos públicos à iniciativa privada.

Não aceitaremos retrocessos! Não aceitaremos que o governador Tarcísio de Freitas “passe a boiada” e destrua os serviços públicos, que são essenciais para o estado de SP.

Águas de São Pedro, 23 de novembro de 2023.

### Nenhum corte na educação. Pela ampliação de investimentos públicos e garantia de acesso e qualidade para a população

Os participantes do XII Congresso do Sintunesp manifestam repúdio à tentativa do governador Tarcísio de Freitas de cortar recursos da educação pública paulista, iniciativa materializada com a proposta de emenda constitucional (PEC) 0/2023, em tramitação na Assembleia Legislativa.

A PEC permite ao governador reduzir os investimentos públicos em educação de 30% para 25% do orçamento estadual, o que corresponde a até R\$ 10 bilhões por ano a menos para o setor, um verdadeiro crime contra a imensa maioria da população paulista que necessita da educação pública.

Em vez de cortar, é preciso que o governador invista mais na valorização salarial e na formação dos profissionais da educação, na estrutura física e laboratorial das escolas, na contratação de mais professores e funcionários.

Não aceitaremos retrocessos! Não aceitaremos que o governador Tarcísio de Freitas “passe a boiada” e destrua os serviços públicos, que são essenciais para o estado de SP.

Águas de São Pedro, 23 de novembro de 2023.

### Pelo fim do genocídio na Faixa de Gaza. Não a qualquer tipo de violência contra as populações civis e pela garantia dos direitos soberanos do povo palestino

Os participantes do XII Congresso do Sintunesp manifestam horror frente à escalada dos ataques do Exército israelense na Faixa de Gaza, que já contabilizam mais 14 mil palestinos mortos, quase a metade de crianças, com ataques a hospitais e a escolas.

Também repudiamos os ataques perpetrados pelo grupo Hamas em 7 de outubro de 2023, que culminaram na morte de cerca de 1.400 pessoas, mas é evidente que a reação israelense extrapola ao extremo qualquer “direito de defesa” ou “combate ao terrorismo”, como justifica o governo de Israel, e transformou-se num verdadeiro genocídio contra a população palestina.

A opressão imposta pelo governo de Israel contra o povo palestino, com o apoio explícito do governo dos Estados Unidos, não é fato novo e vem sendo praticada desde 1948. Ano após ano, forças israelenses praticam violência nos territórios dos palestinos, confiscam suas terras, prendem e torturam os que ousam reagir, impõem bloqueios que levam à fome e à miséria centenas de milhares de pessoas.

Ao mesmo tempo em que repudiamos quaisquer preconceitos contra os povos da região – como a islamofobia e o antisemitismo – somamos nossa voz aos que pedem o fim dos massacres na Faixa de Gaza e a garantia do reconhecimento de uma Palestina livre e soberana.

Águas de São Pedro, 23 de novembro de 2023.

SINTUNESP  
Trabalhadores valorizados!  
Equiparação, já!

# contribuição contribuição

## PACHAMAMA (MÃE TERRA)

Enviada por: Diretoria Colegiada do Sintunesp

Primavera de 2023, uma gota de suor cai sobre a folha de papel. Está quente, muito quente ..., um espectro do obscurantismo ronda a nossa civilização. Aqui, próximo de nós, ainda se difunde a negação da razão e da ciência.

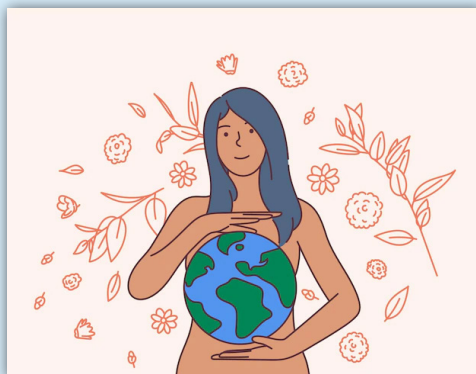
Por mais que cientistas e pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento alertem a sociedade sobre o perigo iminente de uma catástrofe, descrita como aquecimento global e mudança climática, chama a atenção o fato de comumente ouvirmos à nossa volta comentários de que esse aquecimento não é verdadeiro, ou que isto é um fator cíclico.

Importante ressaltar o que é o aquecimento global e o que é o efeito estufa. Este último relaciona-se à ação de gases que retêm calor na atmosfera do planeta; já o aquecimento global é o aumento da temperatura média do planeta por causa da emissão desenfreada desses gases.

Entre os gases de efeito estufa capazes de absorver radiação solar e aprisionar calor na atmosfera estão: metano, óxido nítrico, clorofluorcarbono e, principalmente, dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>).

Dentre os principais efeitos do aquecimento global estão: derretimento das calotas polares e aumento do nível do mar, inundações e danos irreparáveis ao ecossistema, a escassez de água em algumas regiões (que já vem acontecendo), escassez na produção de alimentos em nível mundial.

É bom salientar que não somente a emissão de gases na atmosfera traz danos ao meio ambiente. A destruição ocorre também pelas mãos do homem, com a derrubada e queimada de florestas para criação de gados, com a monocultura da soja e da cana de açúcar, a extração ilegal de madeiras e minérios e a poluição



dos rios e mananciais. Tudo isso tudo contribui para a degradação do meio ambiente.

Dentre os graves temores que temos, o que mais nos assola é, sem sombra de dúvida, a ignorância humana. Que isso não se traduza como uma ofensa, uma vez que o termo tem o significado de falta de conhecimento: ouvir e propagar que nada pode ser feito, já que tudo estava escrito e que este assunto é apocalíptico, restando

somente deixar que as coisas ocorram.

Isto nos remete a um fato histórico ocorrido no império do povo asteca. Tal civilização tinha como crença mística a vinda de divindades que trariam a destruição de seu império e que, portanto, não poderiam mudar seu destino. Mas nós, à luz da razão e do conhecimento, podemos mudar esta realidade.

Devemos nos organizar e lutar para garantir a preservação do nosso planeta Terra, e garantir a existência das nossas futuras gerações – Nós que deveríamos ser seu guardião nos tornamos seus algozes.

### Diante do exposto propomos a seguinte resolução:

I – Que os trabalhadores presentes no XII Congresso, em conjunto com as universidades públicas, movimentos sociais e partidos políticos, se unam numa bandeira única em defesa e proteção do meio ambiente.

II – Que as entidades sindicais que compõem o Fórum das Seis promovam a realização de debates, seminários e conferências, tendo como pauta a luta pela preservação da vida no planeta.

### Fontes:

<https://umsoplaneta.globo.com/clima/noticia/2021/04/04/qual-a-diferenca-entre-efeito-estufa-e-aquecimento-global.ghtml>

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/astecas-e-espanhois-2-a-destruicao-do-imperio-asteca-pelos-espanhois.htm>

<https://www.facebook.com/reel/99000638871547?sfnsn=wiwspwa&mibextid=ykgv9M>

## Tudo sobre o Congresso no site

No site ([www.sintunesp.org.br](http://www.sintunesp.org.br)), no item “Mais conteúdo” – “XII Congresso do Sintunesp”, você encontra todos os materiais citados neste caderno.

No item “Galeria de imagens”, estão mais fotos da atividade.

